

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Geysibell Andrade Santos
Gracielle Nayara da Silva Pereira
Izabela Alides de Souza Silva
Jeane Mendonça de Carvalho
Laucio Fernando Rios Junior

**A CONTABILIDADE E O TERCEIRO SETOR:
Contribuições para uma gestão mais eficiente**

Belo Horizonte
2014

Geysibell Andrade Santos
Gracielle Nayara da Silva Pereira
Izabela Alides de Souza Silva
Jeane Mendonça de Carvalho
Laucio Fernando Rios Junior

**A CONTABILIDADE E O TERCEIRO SETOR:
Contribuições para uma gestão mais eficiente**

Trabalho Interdisciplinar apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Contábeis da
Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, como requisito parcial para obtenção
de nota nas disciplinas de Contabilidade
Básica, Filosofia: Antropologia e Ética,
Administração Geral, Direito Empresarial,
Microeconomia e Estatística Básica.

Professores: Pedro Alves Fernandes, Alfeu
Trancoso de Campos, Wanda Cristina Rocha
Wenceslau, Sabino Joaquim de P. Freitas,
Ronaldo Lares Peixoto e Elisete de Assis R. L.
Ribeiro.

Belo Horizonte
2014

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
1.1 Metodologia.....	2
1.2 Terceiro Setor.....	3
1.3 Origem.....	3
1.4 Definição Conceitual.....	6
1.5 Terceiro Setor: Definição, Obrigações e seu objetivo principal.....	6
1.6 Das obrigações tributárias do terceiro setor.....	7
1.7 Lei Terceiro Setor – OSCIP.....	8
1.8 Abordagem Filosófica.....	9
1.8.1 <i>Preocupação do Terceiro Setor na percepção Filosófica.....</i>	<i>9</i>
2 ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR INVESTIGADA.....	9
2.1 Sobre a Organização.....	9
2.2 Dos procedimentos adotados pela organização.....	11
2.3 Falhas identificadas nos procedimentos adotados.....	14
2.4 Externalidade.....	18
3 CONCLUSÃO.....	18
REFERÊNCIAS.....	19

A CONTABILIDADE E O TERCEIRO SETOR: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA GESTÃO MAIS EFICIENTE

Geysibell Andrade Santos
Gracielle Nayara da Silva Pereira
Izabela Alides de Souza Silva
Jeane Mendonça de Carvalho
Laucio Fernando Rios Junior

RESUMO:

Uma instituição do Terceiro Setor é composta por pessoas jurídicas privadas com fins públicos e não lucrativos e dentro das organizações que fazem parte do Terceiro Setor, estão as ONGs (Organizações Não Governamentais), entidades filantrópicas, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), organizações sem fins lucrativos e outras formas de associações civis sem fins lucrativos. Estas entidades atuam de forma voluntária na sociedade civil e com objetivos diversos, mas em torno de um ideal maior que é o bem estar social. Devem obedecer as leis e precisam estar com seus procedimentos de estruturação, escrituração e demonstração de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e devidamente evidenciadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Organização, Instituição, Contabilidade, Trabalho voluntário.

ACCOUNTING AND THE THIRD SECTOR: CONTRIBUTIONS TO A MORE EFFICIENT MANAGEMENT

ABSTRACT:

An institution of the Third Sector is comprised of private corporations with public and nonprofit and within organizations that are part of the Third Sector purposes, are NGOs (Non Governmental Organizations), charities, OSCIP (Civil Society Organization of Public Interest) , nonprofits and other forms of civil NPOs. These entities act voluntarily in the civil society and with different objectives, but around a higher ideal of social welfare. Must obey the laws and procedures need to be with their structuring, bookkeeping and demonstration in accordance with the

Federal Accounting Council (CFC), and duly evidenced by the Brazilian Accounting Standards - NBC.

Key words: Non-Profit, Organization, Institution, Accounting, Volunteering.

1 INTRODUÇÃO

Temos presenciado que a economia não só do Brasil, mas a mundial passa por um momento de turbulência devido a diversos fatores e diante deste, o terceiro setor vem se apresentando como um escape ou alternativa para minimizar os problemas da desigualdade social de nosso meio.

“É em um cenário de ineficiência estatal no cuidado dos problemas socioeconômicos que as organizações do terceiro setor se apresentam como uma via alternativa suprimindo a ausência do estado nessas questões.” (LIMA; FREITAG, 2012, p. 14).

O propósito desse Trabalho Interdisciplinar, feito em forma de artigo, é trazer um conhecimento maior sobre esse Terceiro setor da economia, tão presente na sociedade, mas pouco conhecido. Será abordada sua origem, definição, seus pontos relevantes, suas obrigações, sua estrutura, dificuldades enfrentadas pelas organizações que o compõe e ainda melhorias causadas por tais entidades quando apresentadas de forma correta.

1.1 Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados foram com variáveis quantitativas e qualitativas, com o uso de entrevista estruturada como método de coleta de dados. Foram aplicados em 12 organizações do terceiro setor, via e-mail, questionários com o total de 12 perguntas. Dentre as 12 perguntas, 2 foram do tipo variável quantitativa e as outras 10 do tipo variável qualitativa. Estas perguntas tinham relação com o Terceiro Setor e com as outras disciplinas além da Estatística. Como os dados obtidos Foram construídos os gráficos segundo os o objeto de estudo desse artigo. Além disso, tomamos para o estudo de caso, uma empresa do terceiro setor que forneceu seus dados, Contábeis e administrativos, via e-mail, para a formulação desse artigo.

1.2 Terceiro Setor

O Terceiro Setor, embora muito presente na vida de todos com sua influência e suas ações, ainda é um enunciado pouco empregado e, conseqüentemente, pouco conhecido na sociedade. Segundo Fernandes, “O ‘Terceiro Setor’ é um conceito, uma expressão ainda pouco utilizada no Brasil. Na verdade, quase ninguém a reconhece por aqui.” (FERNANDES, 1997, p. 26).

Coelho destaca que “[...] esse é um tema que recentemente passou a despertar interesse. Embora, essas organizações sejam antigas em nossa sociedade, apenas há pouco tempo, ganharam visibilidade junto à opinião pública.” (Coelho, 2002, p.17).

Desse modo, a visibilidade das universidades a respeito deste tema também começou a ser ampliada. Albuquerque esclarece que a discussão conceitual e acadêmica do terceiro setor é muito nova, ainda mais em países em desenvolvimento. Mesmo assim, já foi atingida grande reflexão sobre esse tema nas universidades. (ALBUQUERQUE, 2006)

1.3 Origem

Albuquerque faz algumas observações sobre o surgimento das organizações que englobam o terceiro setor:

As organizações que hoje compõem o terceiro setor não são uma criação dos séculos XX e XXI. Na Europa, na América do norte e mesmo na América Latina, os movimentos associativos tiveram origem nos séculos XVI e XVII, inicialmente com caráter religioso ou político. As dissidências religiosas ocorridas na Europa propiciaram que o trabalho organizado socialmente estivesse intimamente relacionado com o trabalho religioso. Nesse período inicial, as organizações sociais também foram influenciadas pelos sistemas de governo e pelas políticas nacionais vigentes. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 21)

Nessa óptica, Coelho (2002, p. 31) afirma que: “Na realidade, os valores religiosos sempre foram um bom terreno para o desenvolvimento do setor voluntário”. Afirma ainda, que as tradições religiosas destacavam sempre os vínculos familiares, as amizades, os laços afetivos, e a igreja como refúgio quando não há mais saída. Assim esse interesse pela sociedade foi uma influência no surgimento desse novo setor.

Contudo, no Brasil e no mundo, o terceiro setor se originou simultaneamente de outros setores da economia que são: o primeiro setor, que compreende ao governo e o segundo setor, referente ao mercado. (ALMEIDA; ESPEJO, 2012).

Nessa linha de pensamento, Szazi (2006), para explicar a origem e para melhor entendimento do Terceiro setor é abordado o contexto social. Na esfera social, nos últimos trinta anos, ocorrerem grandes transformações no Brasil, tanto no mercado quanto na sociedade que levaram a uma repartir novamente os papéis dos atores sociais Mercado, e governo para que fosse atingido o bem coletivo. Que cada dia, a sociedade civil organizada adotou novas responsabilidades pela defesa de direitos que dantes somente do Estado, compreendiam que até determinado momento que sua função na sociedade era restrita somente ao pagamento dos devidos tributos e na contratação de empregados, gerando assim, empregos para a população. Com o crescente número de organizações da sociedade civil, surgiu-se um novo fator social, denominado Terceiro Setor.

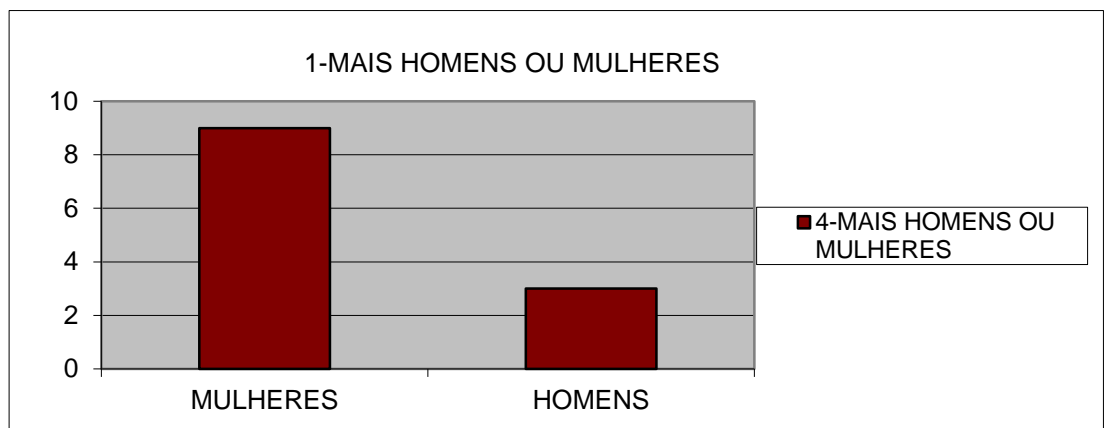


Gráfico 1: Mais homens ou Mais mulheres que trabalham na empresa
Fonte: Dados da Pesquisa

Então, seguindo essa mesma linha, Coelho disserta que o Terceiro Setor “[...] expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do Lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante”. (COELHO, 2002, p. 58)

Para França Filho, “[...] essas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego, reforço da coesão social e geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social”. (FRANÇA FILHO, 2002, p. 15)

Esse setor é responsável por suprir as lacunas deixadas pelo Estado na economia. Para afirmar essa ideia, será utilizada a Constituição de 1988 e a opinião do autor Ramos, citado por Almeida e Espejo:

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o artigo 6.º determina que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Todos os itens listados pelo artigo são de responsabilidade do governo, ou seja, é ele o responsável por oferecer à população condições para educação, saúde, moradia, lazer etc. No entanto, o governo tem dificuldades em cumprir tais obrigações constitucionais. (BRASIL apud ALMEIDA; ESPEJO, 2012, p. 10).

Ramos (2003) elucida que “as funções sociais do Estado foram sendo transferidas ao setor privado” e complementa ao exemplificar algumas destas funções como a assistência médica, previdência social, educação, cultura, assistência social às camadas mais pobres etc. (RAMOS apud ALMEIDA; ESPEJO, 2012, p.10).

A partir disso, o setor privado não suportando toda essa responsabilidade surgiu-se o Terceiro setor. Szazi define que esse novo setor é um: “[...] conjunto de agentes privados com fins públicos, cujos programas visaram atender direitos sociais básicos e combater a exclusão social, e mais recentemente, proteger o patrimônio ecológico brasileiro”. (SZAZI, 2006, p. 22).

Os autores do livro Contabilidade no terceiro setor Almeida e Espejo completam dizendo: “Desta forma, esse setor se apresenta como uma solução para a diminuição dos problemas sociais enfrentados pela sociedade, advindos da ineficiência do Estado, sendo relevante tanto econômica quanto socialmente.” (ALMEIDA; ESPEJO, 2012, p.10).

Uma abordagem interessante sobre a nomenclatura do terceiro setor é referida por Fernandes em sua obra dizendo que “A Expressão “terceiro setor” é uma tradução do inglês “*third sector*”” (FERNANDES, 1997, p. 26).

Outra nomenclatura é exposta por Albuquerque destaca que “[...] nos estados Unidos é usado junto com outras expressões como “organizações sem fins lucrativos” (nonprofit organizations) ou “setor voluntário” (voluntary sector)”. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 18). E complementa ao citar a Inglaterra e a Europa Continental respectivamente, uma referindo o terceiro setor com as expressões “caridades” e “filantropia”, a outra referindo a esse setor com a expressão “organizações não-governamentais” ou ONGs. Segundo Fernandes, “Na América

Latina inclusive Brasil, é mais abrangente falar de “sociedade civil” e de organização.” (FERNANDES, 1997, p. 27).

1.4 Definição Conceitual

De acordo com Soares citado por Soares e Melo o terceiro setor seria definido da seguinte forma:

Um setor composto por organizações diversificadas, que se caracterizam por valores não econômicos, fundadas pela iniciativa privada (sociedade civil) com interesses públicos e sociais, com contornos participativos, cooperativos e solidários e atualmente, apoiado no trabalho contratado. (SOARES apud SOARES; MELO, 2009, p. 2)

Em síntese, dizemos, então que o "terceiro setor" é formado por organizações cujo seus objetivos não são o lucro. Elas foram criadas e permanecem até hoje, pela participação voluntária, não pertencente ao governo, usando de práticas herdadas como: caridade e filantropia. O terceiro setor tem ampliado seu sentido para outros domínios, por fazerem uso dos conceitos de cidadania e das várias formas de manifestação destes conceitos na sociedade civil. (FERNANDES, 1997).

Complementando esses conceitos que embasam o terceiro setor, pode-se afirmar que todas as Igrejas, Empresas de serviços que não visam lucros, Fundações e outros fazem parte das organizações do terceiro setor sem fins lucrativos que a cada dia, se torna ainda mais presente na sociedade. Almeida e Espejo (2002) caracterizam cinco tipos de organizações que englobam o Terceiro setor no Brasil. São estas organizações:

1. Instituições religiosas e entidades ligadas a Igrejas;
2. Organizações não governamentais e novos movimentos sociais;
3. Empreendimentos ‘sem fins lucrativos’ de serviços;
4. Entidade paraestatal, nascida sob a tutela do Estado;
5. Fundações e entidades empresariais. (ALMEIDA; ESPEJO, 2012, p. 31)

1.5 Terceiro Setor: Definição, Obrigações e seu Objetivo Principal.

Conforme Falcone (1999) a definição de terceiro setor remete a caridade, a memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto de doação, de si para os outros. As entidades que a compõe atuam de forma voluntaria na sociedade civil e com objetivos diversos, mas em torno de um ideal maior que é o bem estar social.

Estas entidades precisam estar com seus procedimentos de estruturação, escrituração e demonstração de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e devidamente evidenciadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, seguindo a mesma forma de apresentação e composição que as demais entidades na Lei N.º 6.404/76 mas obedecendo às adaptações feitas pela Norma Brasileira de Contabilidade. Entretanto alguns termos sofrerão alterações, temos como exemplo, o conceito de Patrimônio Líquido é o mesmo tanto nas empresas, como no terceiro setor, mas deverá ter sua nomenclatura como Patrimônio Social. Existirão em uma entidade do terceiro setor, vários tipos de "fundos" podendo ser, "Fundo de sede", "Fundo para Bolsas de Estudos", entre outros.

Nesse tipo de entidade o resultado positivo não é destinado aos possesores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo são denominados, de superávit ou déficit como descrito T10. 19.1.3. O valor dessas contas deve ser registrado na conta Superávit ou Déficit do Exercício enquanto não aprovado pela Assembleia dos associados e após a sua aprovação, deve ser transferido para a conta Patrimônio Social. Explicando assim o porquê e como as Contas do Patrimônio Social durante determinado período foram modificadas.

As demonstrações de origem irão auxiliar a interpretação, como evidencia o próprio nome, a origem do recurso e como eles foram aplicados. O que se pode constatar é que independente da Demonstração, esta deverá ter títulos e terminologias claras para o leitor. Termos obscuros como "outras receitas" "outras contas a pagar" deverão ser evitados.

Deve conter em seu balanço as Notas Explicativas, os quadros e demonstrativos suplementares que contribuem por evidenciar detalhes que deveriam conter nos demonstrativos tradicionais e que não são cabíveis no corpo destes.

1.6 Das obrigações Tributárias do terceiro setor

Deve ser mantido as folhas de pagamento relativas ao período bem atualizadas e também os documentos de arrecadação em dia comprovando o recolhimento da Contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social, discriminando na contabilidade os valores aplicados na gratuidade. IRF (caso hajam pagamentos sujeitos a estes impostos) nos prazos determinados sendo assim entregue a DIRF no ano subsequente. DIPJ deverá ser regularmente entregue, caso contrario acarretará a restrição aos benefícios conquistados e impossibilidade de

continuidade. Tendo também o DCTF – Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais DACON - Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais Pis sobre folha de 1%

1.7 Lei Terceiro Setor - OSCIP

As organizações e instituições do Terceiro Setor, como retratado, são compostas por pessoas jurídicas privadas com fins públicos e não lucrativos. As instituições de terceiro setor, até o ano de 1999, tinham suas relações com o Estado, ora pautadas como setor estatal, ora como setor privado. A criação da Lei 9.790/99 objetivou fortalecer o Terceiro Setor, que hoje possui uma estratégia em virtude de gerar recursos necessários ao desenvolvimento social do País. Nele estão incluídas Fundações, Associações, Sindicatos e Confederações com fins beneficentes, religiosos, científicos, educacionais, esportivos entre outros.

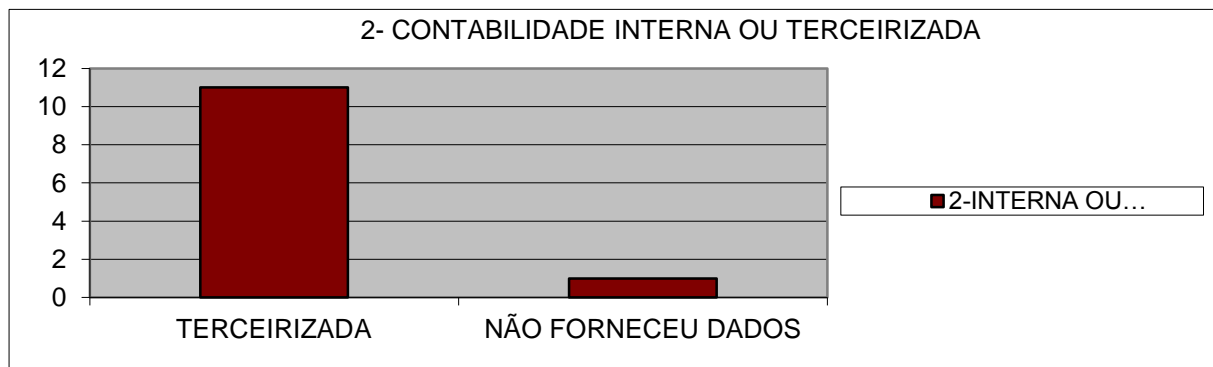


Gráfico 2: Contabilidade Interna ou terceirizada
Fonte: Dados da Pesquisa

1.8 Abordagem Filosófica

1.8.1 A preocupação do Terceiro Setor na percepção Filosófica

O terceiro setor, em um de seus múltiplos aspectos, trabalha com o propósito de oferecer aos indivíduos marginalizados socialmente, uma perspectiva de retorno, reconhecimento e libertação. Mas não basta apenas trazer o indivíduo marginalizado socialmente para o seio social, é preciso que este não veja o trabalho da entidade como um favor, um ato de caridade, sua emancipação enquanto cidadão dotado de direitos e deveres depende, exclusivamente disso. Não se sentindo pertencente aquele setor o qual está inserido o indivíduo continuará com o sentimento de

exclusão, de desprezo e não consegue se inserir enquanto membro da sociedade que lhe recebe.

Segundo, Mansione (2006) é necessário que todos os integrantes de uma comunidade tenham o mesmo ponto de largada, as mesmas oportunidades e o sofrimento de um não deve ser maior que o de outro. Ele está criticando o utilitarismo que está sempre em busca da maior satisfação possível dos envolvidos, diferentemente da proposta contratualista que busca atingir a todos os membros da sociedade garantindo o melhor para todos sem seletividade, embora, observa-se que muitas políticas utilitaristas contribuem para a melhoria social, como os programas de cotas nas universidades. Contudo, não se pode desvincular-se totalmente do utilitarismo, porque esse é um mal necessário. Um equilíbrio, então seria o ideal, em que a busca por uma sociedade mais justa não em sua plenitude, mas equilibrada.

Existe uma necessidade do terceiro setor nos dias atuais, pode-se afirmar que esse setor busca de forma implícita o desenvolvimento da pessoa humana, pois, toda e qualquer ação que diz respeito a melhoria social, acaba contribuindo para o progresso do indivíduo enquanto ser humano.

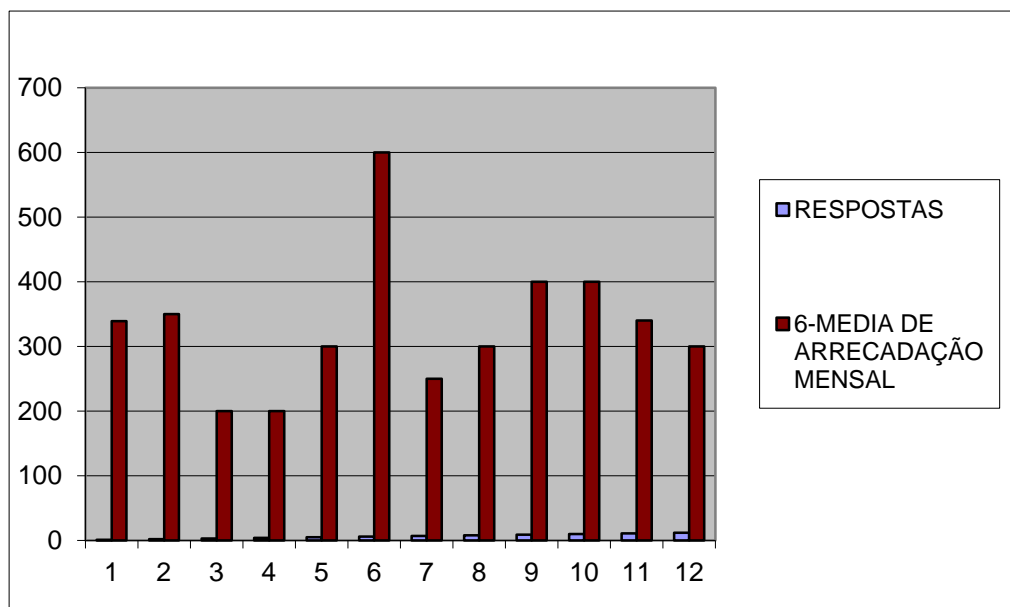


Gráfico 3: Média de arrecadação mensal
Fonte: Dados da pesquisa

2 ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR INVESTIGADA

2.1 Sobre a Organização

Para a demonstração prática econômica em organizações de Terceiro Setor, tomou-se como exemplo o caso de uma associação de trabalhadores situada na região do Triângulo Mineiro. O objetivo dessa organização é o de promover ações para contribuir com o bem-estar de seus associados, funcionários de uma instituição de grande porte, denominada neste trabalho como Empresa Principal. Essa associação é uma entidade filantrópica, não remunera seus dirigentes pelos serviços prestados e aplica seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

Seus dados cadastrais não serão revelados, pois os dados necessários para o desenvolvimento deste artigo foram fornecidos com essa condição.

A escolha da associação como objeto de estudo ocorreu em virtude das mudanças que nela ocorreu, proveniente da necessidade de se sustentar economicamente.

A organização possuía convênios com duas entidades: um clube de esportes e lazer e uma empresa de assistência médica, que oferece planos de saúde à comunidade dos associados. O diferencial de ser um associado relaciona-se com a possibilidade de desconto, diretamente na folha de pagamento, das despesas de utilização referentes aos convênios oferecidos. Adicionalmente, os associados podem obter preços mais acessíveis e atendimento diferenciado junto aos serviços oferecidos pelas empresas conveniadas. Além disso, a associação promove confraternizações anuais, nas quais somente os colaboradores associados podem participar.

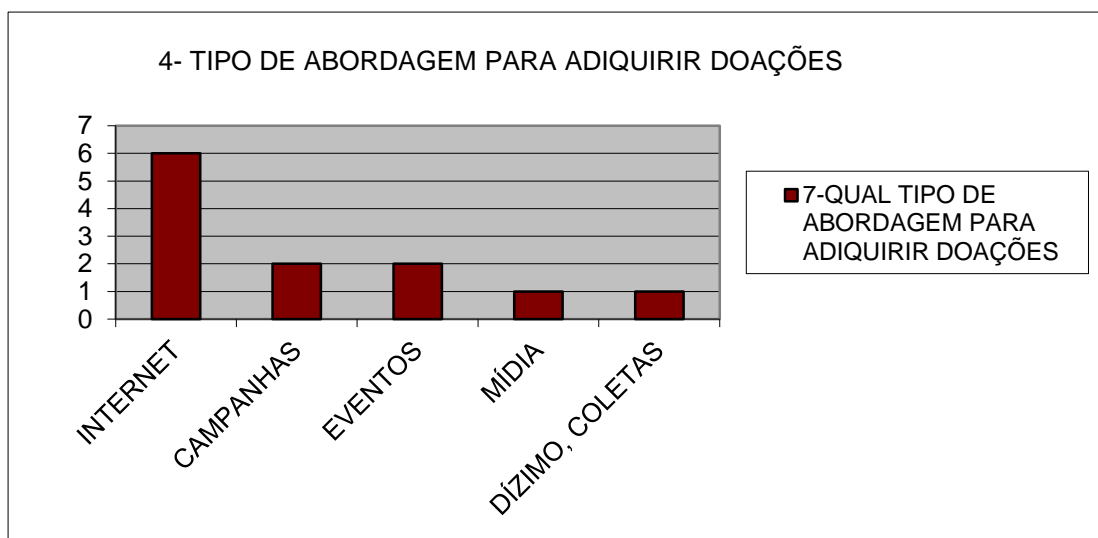


Gráfico 4: O tipo de abordagem para adquirir ações.
Fonte: Dados da pesquisa.

O meio de obtenção de receitas pela associação são as taxas de contribuição descontadas mensalmente da folha de pagamento de seus associados, a uma alíquota fixa de 0,5% (meio por cento) do salário bruto. Seus recursos financeiros disponíveis se encontram à disposição em conta corrente. Dessa forma, a associação não mantém saldo em caixa.

A cada período de dois anos, a associação tem sua diretoria modificada, sendo a nova diretoria proposta por eleição realizada entre os associados. Os fatos acontecidos para o desenvolvimento desta pesquisa permeiam o período em que uma nova diretoria assumiu a administração da associação, com seu exercício previsto para o biênio 2005/2007.

2.2 Dos procedimentos adotados pela organização

Neste tópico serão apresentados os procedimentos que eram adotados pela associação antes de ser administrada pela nova diretoria. Com relação ao clube de esportes e lazer, no início de cada mês, era enviado um boleto para a associação, constando um valor a ser pago referente à mensalidade dos associados conveniados que utilizavam o clube. Para a realização do pagamento desse boleto, bem com de qualquer outro pagamento, fazia-se necessária a emissão de um cheque, já que a organização não mantinha saldo em caixa. No verso de todo cheque emitido, apresentava-se a descrição do fato que gerou sua emissão e, logo após a sua assinatura, providenciava-se uma cópia frente e verso para arquivo.

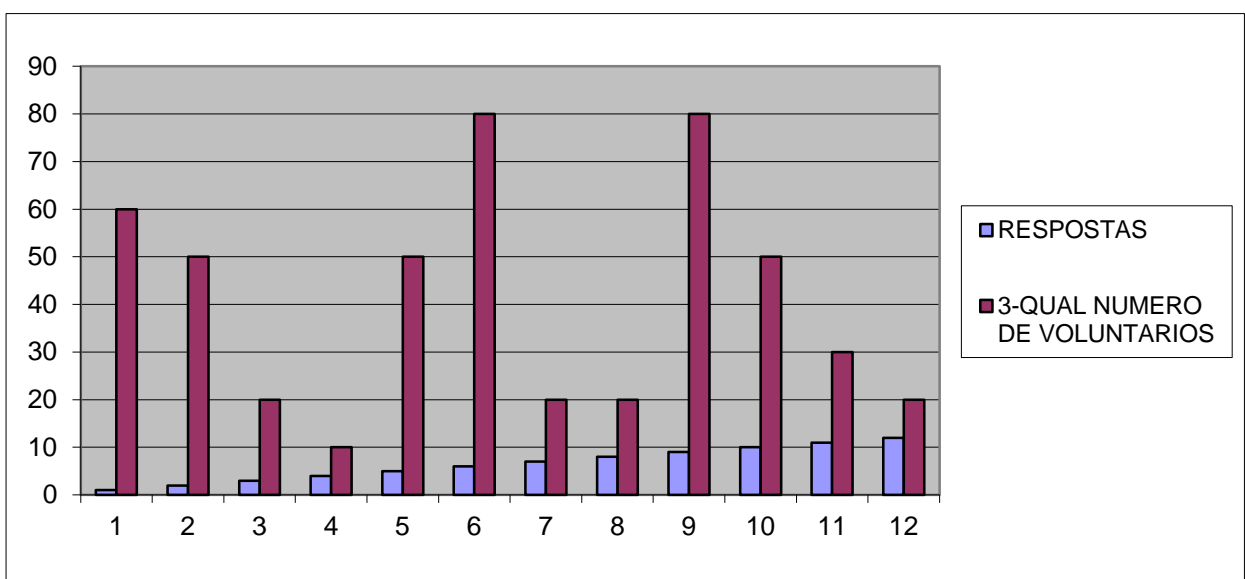


Gráfico 5: Número de Voluntários
Fonte: Dados da pesquisa

A empresa de assistência médica também enviava, no início de cada mês, junto com suas notas fiscais, os boletos para pagamento. Com esses documentos, era enviada em uma planilha a descrição analítica da movimentação ocorrida no mês competente. Essa descrição analítica compõe-se pelos nomes dos associados, juntamente com os valores das despesas por eles efetuadas, com relação à utilização de serviços médicos diversos. Essas planilhas são apresentadas em folhas devidamente numeradas, trazendo na última folha a informação de quantas páginas é composto o relatório, em que folha começa e em que folha este termina, além do total geral, que deve conferir com o valor apresentado nos boletos de cobrança e devidas notas fiscais.

De posse da planilha de movimentação, era necessário o envio dessas informações ao Departamento de Pessoal (DP) da Empresa Principal, para que a realização dos descontos em folha acontecesse. Dessa forma, a secretária da associação digitava todos os valores e nomes em uma planilha do programa Microsoft Excel. Logo após uma conferência pela própria secretária de um serviço que ela mesma fazia, ela enviava as informações por e-mail ao DP. Chegando ao seu destino, um colaborador do DP lançava novamente esses valores no programa que gera as folhas de pagamento, e os valores eram abatidos nos holerites, obedecendo aos limites legais vigentes. Se houvesse a inclusão de algum associado, essa informação era encaminhada ao DP, no mesmo e-mail em que eram enviados os dados, para que, a partir daquele mês, fosse descontada de seu salário bruto mensal a taxa de 0,5% para contribuição junto à associação.

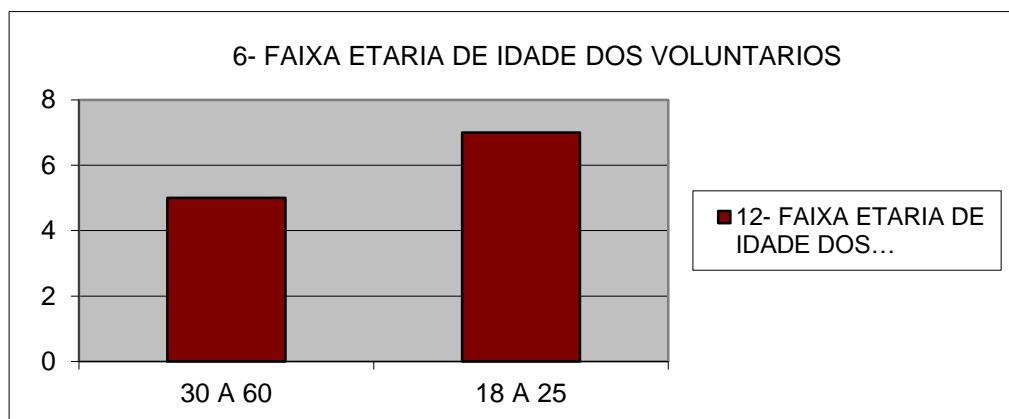


Gráfico 6: faixa de Idade dos Voluntários
Fonte: Dados da pesquisa

O mesmo procedimento era adotado com relação aos convênios mantidos, nos quais as inclusões ou exclusões eram enviadas ao DP por e-mail, sendo de

responsabilidade somente da secretária a elaboração e conferência de todos esses procedimentos. Após gerar as folhas de pagamento, o DP emitia um relatório com todos os descontos realizados. Este relatório era encaminhado ao Departamento de Contabilidade da Empresa Principal, que providenciava para que os valores das taxas de contribuição, despesas da empresa de assistência médica e mensalidades do clube de esporte e lazer, descontados das folhas de pagamento, fossem encaminhados à associação. Esse valor era encaminhado por meio de depósito em conta corrente. Ou seja, com essa ação, realizava-se um repasse do valor descontado dos associados para a associação, já que o pagamento referente à utilização dos convênios pelos associados era feito pela citada associação. Depositado o valor, a associação providenciava o pagamento das faturas da empresa de assistência médica, do boleto do clube de esportes e lazer e continuava suas atividades normais do dia-a-dia. No caso dos colaboradores associados que, por algum motivo, se encontravam afastados das atividades diárias da Empresa Principal, havia outro tipo de tratamento.

Como esses colaboradores não recebiam o salário mensal por estarem afastados, o desconto em sua folha de pagamento de taxas de contribuição e convênios que, por ventura, usufruíram no período de afastamento, não era possível. Para tanto, eles procuravam a secretária e verificavam o total dos valores utilizados, cujo pagamento deveria ser efetuado mediante depósito em conta corrente. Toda a operação referente aos depósitos, desde a informação do valor devido pelo associado até a conferência de sua efetivação, era realizada somente pela secretária.

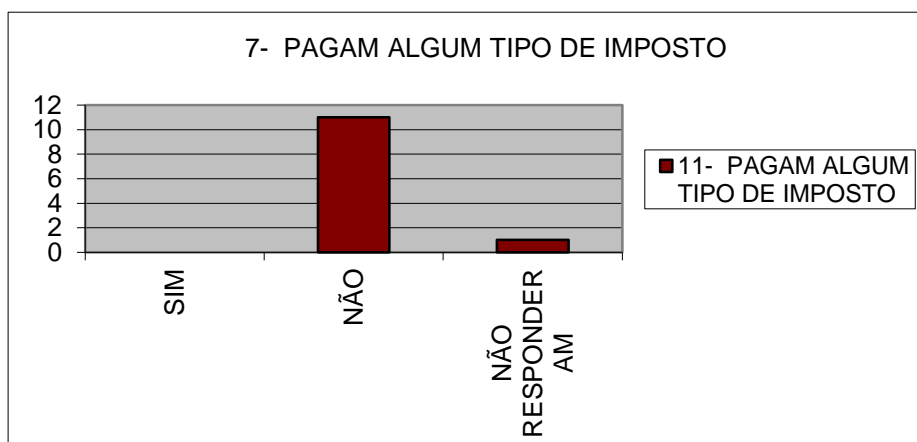


Gráfico 7: Pagam algum tipo de imposto
Fonte: Dados da pesquisa.

2.3 Falhas identificadas nos procedimentos adotados

A diretoria que assumiu o controle no biênio 2005/2007 encontrou algumas irregularidades na organização, tanto nos processos internos adotados quanto com relação aos funcionários que executavam as funções. Essas irregularidades serão descritas a seguir. Os valores das planilhas preenchidas com base nas informações recebidas das empresas conveniadas eram digitados e conferidos com a planilha a ser enviada ao DP por somente uma pessoa. Ou seja, se houvesse algum erro, e esse erro fosse proposital por parte de quem digitou a planilha, ele não seria detectado e nem solucionado.

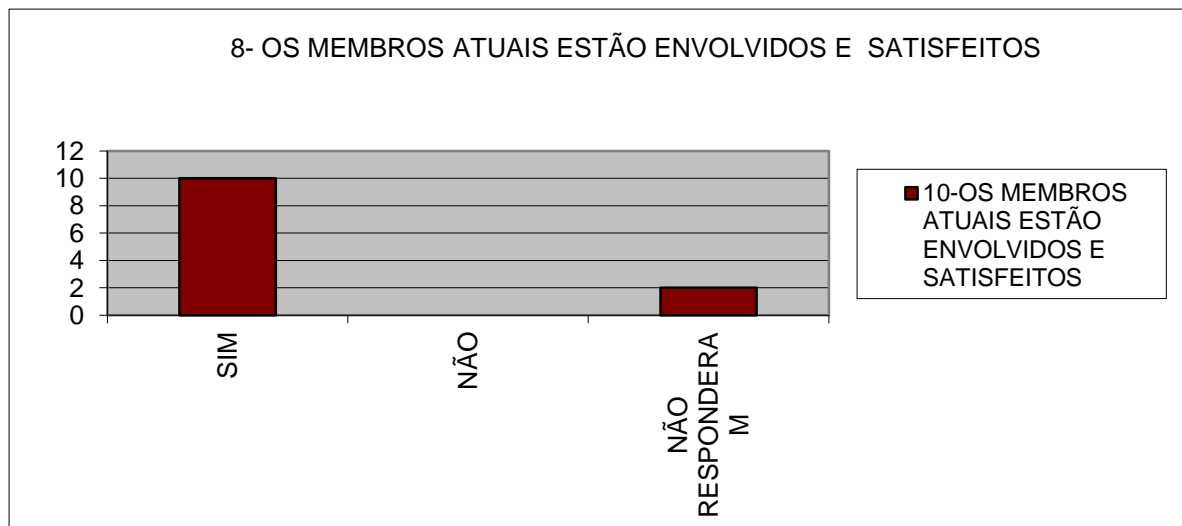


Gráfico 8: Os membros atuais estão envolvidos e satisfeitos.
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com Attie (1998, p. 116), as funções dentro de uma empresa devem ser divididas, “de forma que nenhuma pessoa possa manejar completamente uma operação do início ao fim”. Havia nesse ponto a necessidade de uma segregação de funções.

A informação da inclusão e exclusão de associados da organização também era feita somente por uma pessoa: a secretária. Dessa forma, alguém poderia solicitar a sua inclusão ou exclusão da associação e, por não haver conferência de outra pessoa, a não efetivação dessa solicitação poderia causar transtornos às duas partes. Novamente vem à tona a segregação de funções descrita por Attie (1998).

O clube de esportes e lazer não enviava documento algum com validade legal referente às mensalidades pagas quando o boleto era quitado, sendo a

contabilização dessa movimentação efetuada somente pelo boleto bancário. Também por parte do referido clube não era enviada uma lista informando analiticamente a quais funcionários fazia referência o valor total cobrado. Esse clube era quem informava aos associados conveniados quando essa relação deveria ser fornecida pela associação.

Não havia conferência do que era enviado para desconto ao DP e o que era realmente descontado da folha de pagamento dos funcionários. A informação dos descontos realizados em folha podia ser conferida por meio da planilha emitida pelo DP. Se houvesse descontos realizados de maneira incorreta, salvo reclamação do colaborador prejudicado, o seu acontecimento passava despercebido. Esse fato, quando ocorria, refletia no montante financeiro a ser recebido por intermédio do repasse. Se fossem descontados valores abaixo do que a associação devia para as empresas conveniadas, sem perceber, quem arcava com o ônus era a própria associação.

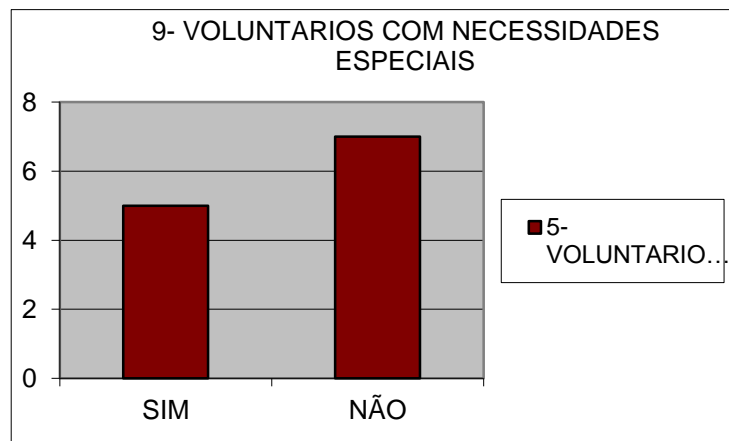


Gráfico 9: Voluntários com necessidades especiais
Fonte: Dados da pesquisa

Não havia também um controle dos associados afastados, possibilitando que alguns deles se utilizassem de algum convênio e não realizassem os devidos depósitos, o que acabava gerando ainda mais despesas para a associação. Quando um associado era afastado, o DP não enviava um comunicado à associação para os devidos procedimentos e nem a associação cobrava do DP o envio de tal comunicado. Os usuários que estavam afastados e que procuravam a secretária para o pagamento de seus débitos referentes à utilização de convênios somente depositavam o valor das despesas consumidas.

A secretária não os informava sobre o valor referente às taxas de contribuição, colaborando com a queda do faturamento da associação pelo não-

recebimento de taxas de associados afastados que desfrutavam dos convênios. Diante dos pontos falhos identificados, a diretoria da associação resolveu contratar um auditor externo para verificar toda a movimentação ocorrida que envolvesse despesas da empresa de assistência médica, mensalidades do clube de esporte e lazer e taxas mensais de contribuição durante o período de julho a dezembro de 2005.

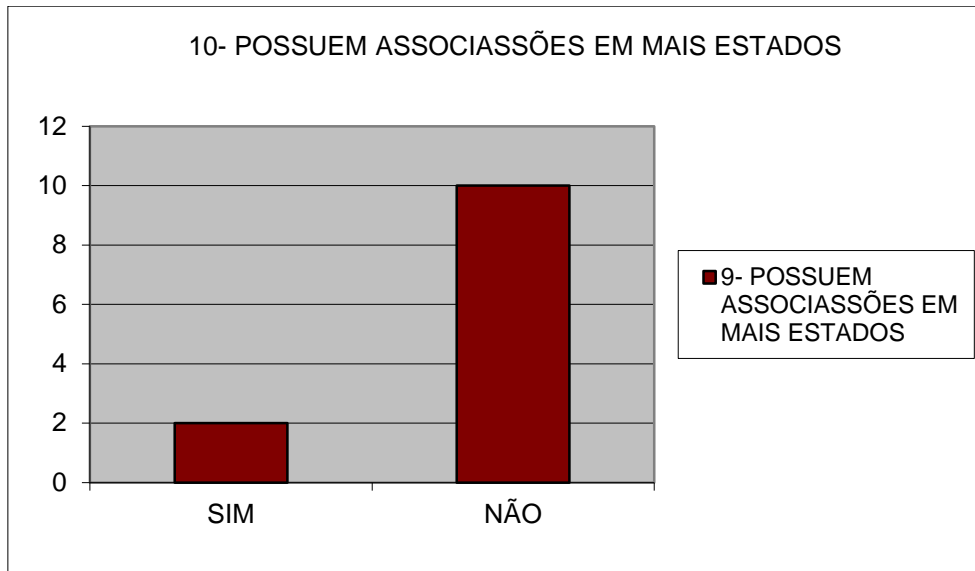


Gráfico 10 : Possuem Associações em mais Estados
Fonte: Dados da pesquisa

Todos os pontos citados como falhos acima foram confirmados pelo auditor, que apresentou um extenso relatório contendo todas as informações que fundamentavam essas falhas. Ainda, foi descoberto mais uma irregularidade: a secretária responsável pela digitação das planilhas, valendo-se de não ter o seu trabalho conferido por outros funcionários, agia de má-fé e, por interesses próprios, omitia alguns valores que deveriam ser descontados da folha de pagamento de alguns funcionários, obtendo com isso vantagens financeiras, para si.

Além disso, detectou-se que alguns colaboradores que se encontravam afastados procuravam a secretária para tomar conhecimento do valor a ser pago, referente aos convênios utilizados. A secretária lhes informava o valor e, em vez de orientá-los para a realização do depósito direto na conta da associação, ela recolhia os recursos financeiros alegando que ela mesma fazia o depósito. Quando essa secretária deveria encaminhar os valores para a conta corrente da associação, dava outro destino aos recursos, e o fato se dava por encerrado, no entender da secretária.

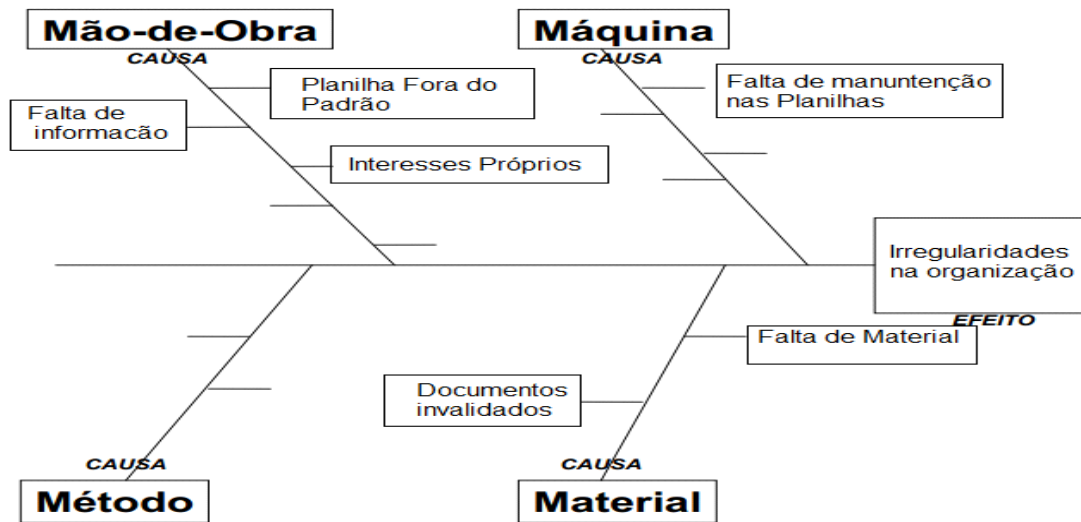


Gráfico 11: Identificação das causas pelo diagrama de Ishikawa
 Fonte: Elaborado pelo autor

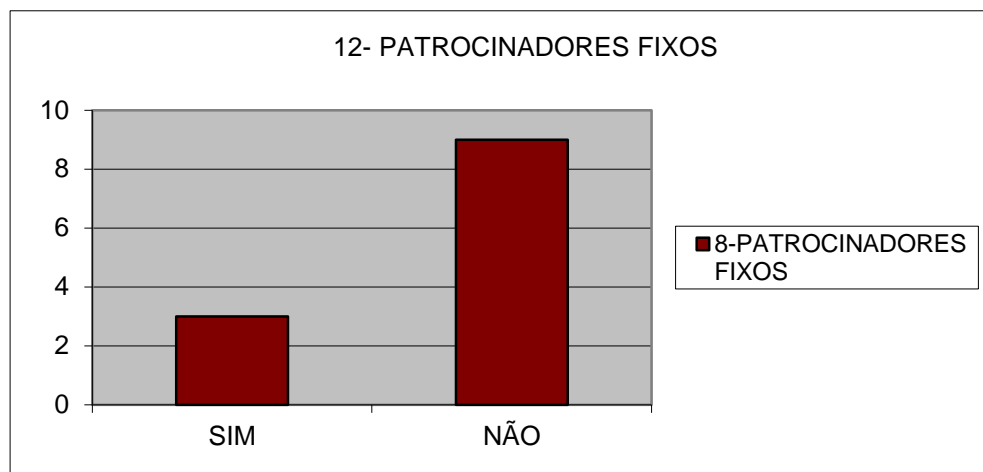


Gráfico 12: Patrocinadores fixos
 Fonte: Dados da pesquisa

O QUE (What)	PORQUE (Why)	COMO (How)	ONDE (Where)	QUEM (Who)	QUANDO (When)
Os serviços de uma nova secretária	A secretária desviava os dados apresentados anteriormente	Fazendo o seu desligamento imediato	Secretaria	Associados	Imediatamente
O clube de esporte e lazer começarem a ser controlados pela associação	Porque não obtia seus documentos com validade legais.	Por meio de uma lista, os nomes dos colaboradores com as obrigações em dia eram enviados ao clube de esporte a lazer que, com base nessa lista, calculava o montante a ser pago.	Na parte Administrativa	Os Associados Aptos	_____

Tabela 1: Elaboração para a correção dos pontos falhos pela ferramenta 5W1H
 Fonte: Elaborado pelo autor

2.4 Externalidade

A abordagem Microeconômica sobre externalidade também abrange o Terceiro Setor, segundo MANKIW (2009) uma externalidade se remete ao impacto de uma organização ou de outro agente da economia sobre o bem-estar de outros agentes econômicos que não estão ligados a ação, diretamente ou nem faz parte dela. Estas externalidades são brechas de mercado. Se o impacto causado por ela, causar algum dano a outros agentes econômicos é uma externalidade negativa. Se o efeito não causar dano, será uma externalidade positiva.

Na organização pesquisada a externalidade é positiva. Dizem que o objetivo deles é obter o bem estar dos nossos associados, funcionários e principalmente sociedade. Como prestadora de serviços à população, fazendo isso com excelência e procurando não causar danos a natureza. Transformando a sociedade em uma sociedade melhor e mais tranquila.

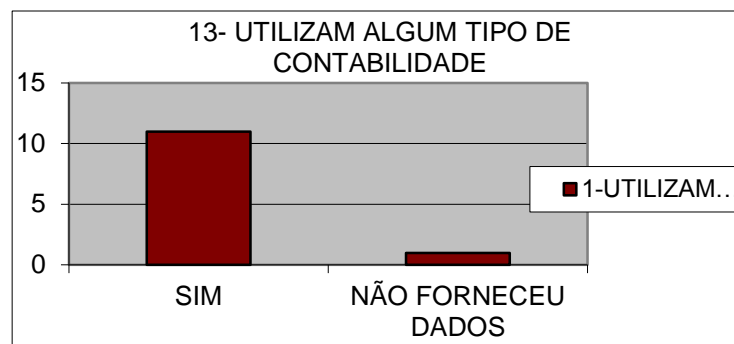


Gráfico 13: Utilizam algum tipo de contabilidade
Fonte: Dados da pesquisa

3 CONCLUSÃO

Como visto ao decorrer do trabalho é de imensa importância social a existência do terceiro setor que, por meio de suas ações, têm feito grandes benefícios à população com seus projetos e seu grande trabalho. Pode-se concluir com a pesquisa e a análise dos dados obtidos que as organizações do terceiro setor enfrentam grandes dificuldades, mas o cunho voluntário e a preocupação com o desenvolvimento da pessoa humana, mantém por uma virtude essas organizações ativas, no âmbito social. A melhoria social causada por esse setor tem um valor incalculável, pois contribui também para o progresso dos indivíduos, enquanto pessoas e enquanto cidadãos. O trabalho exercido por essas organizações sem fins lucrativos, que tem seus diferentes objetivos, demonstra que o dinheiro, muitas das

vezes não resolve tudo, a preocupação, o cuidado com o próximo, com o bem-estar social pode trazer uma melhora grandiosa para a sociedade civil. No âmbito contábil, percebeu-se que os procedimentos de escrituração e demonstração devem estar de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade, e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade apresentadas para as demais entidades, é assim também para as organizações do terceiro setor, havendo apenas algumas alterações. A importância da Contabilidade nessas entidades vai além de um controle de seus ativos, passivos e patrimônio Líquido, também engloba o tributário e a fiscal para um melhor e mais justo funcionamento dessas organizações. Observar, no estudo de caso e na pesquisa estatística como funciona uma organização do terceiro setor, as dificuldades enfrentadas, identificando falhas e pontos positivos, deixou claro que ainda é necessário o aperfeiçoamento gerencial do setor, pois a intenção é boa, é preciso capacitação, entretanto ainda tem muitos pontos a serem melhorados, e serão, pois a abordagem e a criação de melhorias para esse setor, certamente serão estudadas nas universidades preocupadas com a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos de. **Terceiro Setor: história e Gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

ALMEIDA, Verônica Elberle de; ESPEJO, Robert Armando. **Contabilidade no Terceiro Setor**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

BOUDENS, Emile. **Terceiro Setor: Legislação**. In: Consultoria Legislativa. Brasília, Estudo fev./2000. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema11/pdf/000088.pdf>>. Acesso em: 20 de out./2014.

COELHO, Simone Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2002.

FERNANDES, Rubem César. O que é o Terceiro Setor?. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia legislativa de Minas Gerais, n.18, p. 26-30, abr./jun. 1997.

FIPECAFI; MARTINS, E. (Org.). **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável à demais sociedades**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador: SEI, v.12, n.1, p. 9-19, jun. 2002.

ISSN 1807-1821, Florianópolis, ano 05, v.1, nº. 9, p. 139-151. Jan./jun., 2008.

LIMA, Gudrian Marcelo Loureiro de; FREITAG, Viviane da Costa. **Contabilidade para Entidade sem fins Lucrativos**. 3. Ed. São Paulo: Intersaberes, 2012.

LIMA, Franciane Gonçalves. **A contabilidade como instrumento essencial no desenvolvimento das entidades do terceiro setor: o caso acacci**. VIII Fórum de Estudantes e Profissionais de Contabilidade do Estado do Espírito Santo – O Marketing e a Valorização do Profissional Contábil. Espírito Santo: SESC, out ./nov., 2003.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009. 839 pg.

MANSIONE, Sydney. **Marketing para o terceiro setor**. São Paulo: Novatec, 2006.

OSCIP, o que é?. <<http://alfabrasil.org.br/oscip>> Acesso em: 20 de out. 2014.

MARTINS, Pablo Luiz *et al.* **A Contabilidade do Terceiro Setor: o Caso Anália Franco**. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de artigos de periódicos científicos. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <<http://www.pucminas.br/biblioteca/>>. Acesso em: 17 de out. 2014.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **OSCIP Organização da sociedade civil de interesse público**. Série Empreendimentos coletivos. Disponível em: <[http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/323AD621AEF940FA8325766A00545687/\\$File/NT00042C3A.pdf](http://bis.sebrae.com.br/GestorRepositorio/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/323AD621AEF940FA8325766A00545687/$File/NT00042C3A.pdf)>. Acesso em: 19 de out. 2014.

SOARES, Alexandra Carla Aguiar Antunes; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Gestão do terceiro Setor: uma prática sustentável?. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v.17, n.1, p. 1-11, jan./mar. 2010.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor: regulação no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e o terceiro setor: criação de ONGs e estratégia de atuação**. São Paulo: Atlas, 2004.